

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: construção e análise

Mateus Saraiva

UFRGS

Sumário

- Política: os múltiplos significados.
- O direito e suas dimensões.
- A construção do direito no Brasil.
- O que mudou a partir de 88?
- Três políticas atuais em análise: PNE, BNCC e Financiamento
- E o futuro? Como é feita a construção da política?
- Usos do conhecimento sobre a política.
- Fontes para consulta
- Referências

Política: os múltiplos significados



Polity.

Politics.

Policy
(Políticas
Públicas).

(MULLER e SUREL, 2002)

Política: os múltiplos significados

- 1) uma política pública constitui um quadro normativo de ação;
- 2) ela combina elementos de força pública e elementos de competência [expertise];
- 3) ela tende a constituir uma ordem local

(Muller e Surel, 2002)

O direito e suas dimensões

- Civil
- Político
- Social

(CARVALHO, 2001)

“uma política pública não é um dado, mas uma construção de pesquisa.”

(MULLER, SUREL, 2002)

Como são feitas
as políticas?
Quais os
interesses
envolvidos?

- Para cada política, há disputa:
 - Grupos empresarias.
 - Sindicatos e Entidades Estudantis.
 - Pesquisadores.
 - ONG.

A construção do direito no Brasil pós-88

Legislação Democrática a partir da Constituição Federal de 1988

- A própria Constituição.
- Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.
- Leis e diretrizes que incluem a história e a cultura afro-brasileira e indígena nos currículos (BRASIL, 2003; 2010; Resolução CNE/CP nº 1/2004).
- Lei e Diretrizes da Educação Ambiental (BRASIL, 1999; Resolução CNE/CP nº 2/2012).
- Diretrizes acerca dos Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012).
- Os Planos Nacionais de Educação.
- Fundef/Fundeb.

1988	2015
<ul style="list-style-type: none">• De 7 a 14, 80% frequentavam o ensino fundamental;• De 15 a 17, 15% cursavam EM;• De 18 a 24, 5% estavam na ES.	<ul style="list-style-type: none">• De 7 a 14 anos, 97,6% da população em escolas;• EM com taxa de crescimento de 219% (2007);• De 15 a 17 anos, 62,7% de taxa líquida no EM;• De 18 a 24 anos, 18% na ES.

O que mudou?

O que mudou?

- Remuneração docente no ensino de primeiro grau, **em média US\$193,00** mensais, em 1987, mostrando-se inferiores a outras categorias ocupacionais também predominantemente femininas, como caixa (US\$232,00) e secretária (US\$264,00) (**2017-Piso US\$725; 2021-Piso US\$ 500**).
- O quadro de professores do ensino de primeiro grau era majoritariamente composto por aqueles com formação em nível médio (48,2%), ao passo que os habilitados com diploma de nível superior correspondiam a apenas **38,8% do total**. Ainda que em menor proporção, 13% dos professores tinham no máximo escolaridade de primeiro grau, sendo que metade deles nem sequer tinham completado estenível de formação (**2017 - 77,5% dos docentes com curso superior**).
- De 1988 a 2007, houve redução de **50% no índice de analfabetismo entre mulheres de 15 anos ou mais**, enquanto a queda **entre os homens foi de 44%**.
- **Em 1988, o analfabetismo entre os negros superava em 136% o dos brancos, em 2007 esta diferença havia caído para 131%**.

Três
políticas
para a
análise

PNE x BNCC.

Financiamento
da Educação.

PNE x BNCC

- O Plano conta com 20 Metas e 254 estratégias.
- Construído para ser uma política de Estado, tem perdido espaço nos governos Temer e Bolsonaro.
- BNCC tornou-se, a partir daí, eixo estruturante dos governos.

Como materializar as políticas?

Financiamento: receitas

- O art. 212 da CF 1988 trata da vinculação de receita de impostos à educação, da oferta e do financiamento de programas suplementares de alimentação e assistência à saúde e estabelece o salário educação como fonte adicional de financiamento da educação
 - 25% das receitas do Estados e Municípios
 - 18% da União

Financiamento: FUNDEF/FUNDEB

- Fundos de natureza contábil e de caráter redistributivo, no âmbito de cada estado;
- visam promover a universalização do ensino público obrigatório e a valorização do magistério;
- o Fundeb visa também a manutenção e o desenvolvimento da educação não obrigatória.
- Em ambos a União complementa os fundos deficitários

Financiamento: salário- educação

- Trata-se, atualmente, de uma contribuição social, cujo valor a recolher é o correspondente a 2,5% sobre a folha de contribuição dos empregados das empresas e entidades vinculadas ao regime geral da previdência.
- O montante apropriado pelo governo federal é utilizado para financiar políticas de assistência técnica e financeira, sendo os recursos dirigidos aos caixas de governos estaduais e municipais ou diretamente a escolas.

Financiamento: transferências obrigatórias e voluntárias

- União tem função **redistributiva e suplementar**.
- Incluem-se nessa categoria: a complementação da União ao Fundeb; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); o Programa Dinheiro Direto na Escola (modalidade Básico) (PDDE); o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate).
- Transferências voluntárias, **decorrência da celebração de convênios, termos de compromisso ou outros instrumentos similares cuja finalidade seja a realização de obras e/ou serviços de interesse comum e coincidente às três esferas do governo.**

É suficiente o papel da União? A quem cabe a organização do Sistema? E o seu financiamento?

Quais os interesses? Quais as políticas implicadas?

Disputa pelo projeto

A Bancada apresentou um destaque – que foi derrotado – para a retirada do engessamento mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB com a folha de pagamento dos trabalhadores do setor da educação para não comprometer, a priori, um percentual alto do Fundo para uma destinação específica. Assim, o destaque previa dar mais autonomia para os gestores locais decidirem sobre o orçamento, pois uma regra única pode não adequada para todas as diferentes realidades do Brasil.

**NOVO na Câmara vota favorável ao
FUNDEB**

Vencemos!

**O #FundebÉPúblico
é realidade!**

**Câmara dos Deputados aprova
texto de regulamentação do
Fundeb, devolvendo o dinheiro
público para a escola pública.**



Usos do conhecimento sobre Política

- Conhecimento geral que implica no cotidiano do trabalho.
- Pesquisa.
- Concursos.
- Cargos de gestão, coordenação, assessoria.

Fontes para consulta

- Site do Planalto (<https://legislacao.presidencia.gov.br/>)
- Inep (<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>)
- FNDE (www.fnde.gov.br)
- Avaliação Educacional (www.avaliacaoeducacional.com)
- Revista Retratos da Escola (<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>)
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação (www.campanha.org.br)
- Painel Monitoramento PNE (<https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?dashboard>)

Sugestão de atividade

- Como vocês analisam as políticas apresentadas no texto indicado para a leitura? Quais os atores que defendem essas políticas? Que mudanças são propostas? Como você se posiciona em relação a elas?

Referências

MACHADO, Maria G., FARENZENA, Nalu. Delineamentos normativos da política de financiamento da educação básica brasileira. In: CHAVES, Neusa Batista; Flores, Maria Luíza Rodrigues. Formação de Gestores Escolares para a Educação Básica: avanços, retrocessos e desafios frente aos 20 anos de normatização da gestão democrática na LDBEN. Porto Alegre: Evangraf, Escola de Gestores, 2016, p. 173-190.

INEP. Censo Escolar. Disponível em <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>

IPEA. Vinte e Cinco anos da Constituição de 1988: acompanhamento e análise. IPEA. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/bps_completo_2.pdf. Acesso em 10 de abril de 2021.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas.** Pelotas: Educat, 2004.